



Atlântica Companhia de Seguros

CNPJ Nº 33.151.291/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Atlântica Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes.

Desempenho das Operações de Seguros

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2018, faturamento de R\$ 96.773 milhões.

O faturamento apresentado é composto pelas emissões de prêmios do Seguro de Garantia Estendida, produto comercializado através de Contrato de Representação de Seguros com rede varejista, e também do Seguro DPVAT, correspondente à participação da companhia no convênio administrado pela Seguradora Líder.

Resultado do Exercício

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2018, lucro de R\$ 33,605 milhões (prejuízo de R\$ 169,383 milhões no exercício de 2017). Parte significativa desse prejuízo decorreu da reavaliação periódica da Administração sobre a recuperabilidade de custos de aquisição antecipados à rede varejista, conforme descrito na nota explicativa às Demonstrações Contábeis nº 12d.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Atlântica Companhia de Seguros, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Atlântica Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange à regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange, desde à Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana Sarbanes-Oxley e os principais frameworks internacionais de controles, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*). A Atlântica Companhia de Seguros realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros possui um programa de integridade alinhado aos requisitos da Lei 12.846/13, reforçando o compromisso com a transparência e incentivo à conduta ética na condução dos negócios, princípios constantes no Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e Setoriais. Os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo se mantêm disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, aprimorando os controles existentes de detecção de situações suspeitas, realizando a devida comunicação ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF), apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e assegurando o atendimento às regulamentações pertinentes.

O Grupo Bradesco Seguros, possui uma estrutura de comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do Grupo Bradesco Seguros, alinhada com as novas regulamentações nacionais e internacionais que abrangem o tema.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		589.025	916.471
Disponível.....		17	20
Caixa e bancos.....		17	20
Aplicações	4	532.173	812.623
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	9.860	5.279
Prêmios a receber.....		4.914	5.279
Operações com seguradoras.....		4.946	-
Outros créditos operacionais		261	1.313
Títulos e créditos a receber	7	181	155
Créditos tributários e previdenciários.....		181	155
Despesas antecipadas		639	2.073
Custos de aquisição diferidos	12d	45.894	95.008
Seguros.....		45.894	95.008
ATIVO NÃO CIRCULANTE		723.171	378.610
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		721.939	377.394
Aplicações	4	531.266	152.889
Títulos e créditos a receber		172.269	177.484
Créditos tributários e previdenciários.....	7	160.498	166.172
Depósitos judiciais e fiscais.....	8	11.699	11.238
Outros créditos operacionais.....		72	74
Despesas antecipadas		140	780
Custos de aquisição diferidos	12d	18.264	46.241
Seguros.....		18.264	46.241
INVESTIMENTOS		685	463
Participações societárias.....		685	463
IMOBILIZADO		282	399
Bens móveis.....		231	178
Outras imobilizações.....		51	221
INTANGÍVEL		265	354
Outros intangíveis.....		265	354
TOTAL DO ATIVO		1.312.196	1.295.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		326.273	308.112
Contas a pagar		12.565	7.599
Obrigações a pagar.....	9	2.172	2.717
Impostos e encargos sociais a recolher.....		2	2
Impostos e contribuições.....	10	10.384	4.785
Outras contas a pagar.....		7	95
Débitos de operações com seguros e resseguros		9.855	2.174
Operações com seguradoras.....		2	83
Corretores de seguros e resseguros.....		26	17
Outros débitos operacionais.....	11	9.827	2.074
Depósitos de terceiros		80	-
Provisões técnicas - seguros	12	303.773	298.339
Danos.....		303.773	298.339
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		61.404	104.505
Provisões técnicas - Seguros	12	58.906	101.854
Danos.....		58.906	101.854
Outros débitos		2.498	2.651
Provisões judiciais.....	13	2.334	2.338
Outras provisões.....		164	313
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	924.519	882.464
Capital social.....		1.047.000	1.047.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....		9.034	584
Prejuízos acumulados.....		(131.515)	(165.120)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.312.196	1.295.081

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e participações	61.037	(279.045)
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações.....	839	117
- Despesas antecipadas.....	2.074	3.728
- Custos de aquisição diferidos.....	77.091	447.623
- Variações das provisões técnicas.....	(16.806)	(128.135)
- Provisão para riscos sobre créditos.....	12.639	(25)
- Ganho na alienação de investimentos.....	-	(21)
- Juros e variação monetária.....	(1.501)	(735)
Lucro líquido ajustado do exercício	135.373	43.507
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado.....	280.450	(345.117)
- Créditos das operações com seguros e resseguros.....	(17.220)	17.708
- Outros créditos operacionais.....	1.052	571
- Títulos e créditos a receber.....	(26.238)	(10.229)
- Contas a pagar.....	26.635	13.264
- Débitos das operações de seguros.....	7.681	(14.523)
- Depósitos de terceiros.....	80	-
- Provisões técnicas - seguros.....	(20.758)	(39.759)
- Outros débitos.....	(240)	(66)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	251.442	(378.151)
Imposto de renda sobre o lucro pago.....	(12.706)	(7.220)
Contribuição social sobre o lucro pago.....	(8.963)	(6.096)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	365.146	(347.960)
Atividades de investimento		
- Aplicações - Títulos disponíveis para a venda.....	(378.377)	(152.889)
- Ajustes com títulos e valores mobiliários - positivos.....	14.083	973
- Aquisição de imobilizado.....	(476)	(271)
- Aquisição de investimentos.....	(222)	-
- Ativo intangível desenvolvido internamente.....	(157)	(224)
- Alienação de imobilizado.....	-	284
- Alienação de investimentos.....	-	98
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de investimentos	(365.149)	(152.029)
Atividades de financiamento		
- Aumento de Capital.....	-	500.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	500.000
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(3)	11
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício.....	20	9
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício.....	17	20
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(3)	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro (prejuízo) do exercício	33.605	(169.383)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.....	14.083	973
Efeitos dos impostos.....	(5.633)	(389)
Total do resultado abrangente do exercício	42.055	(168.799)
Atribuível ao controlador	42.055	(168.799)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	(Prejuízos)/lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	547.000	-	3.205	1.058	-	-	551.263
Aumento de capital conforme AGE 15/09/2017.....	-	500.000	-	-	-	-	500.000
Portaria SUSEP/DIORG 683 de 04/12/2017.....	500.000	(500.000)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	-	584	-	584
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	-	(169.383)	(169.383)
Absorção de prejuízo.....	-	-	(3.205)	(1.058)	-	4.263	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.047.000	-	-	-	584	(165.120)	882.464
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	-	8.450	-	8.450
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	33.605	33.605
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.047.000	-	-	-	9.034	(131.515)	924.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Atlântica Companhia de Seguros

CNPJ Nº 33.151.291/0001-78

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de danos em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe nº 225, parte, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-901.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 30 de janeiro de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguros; 4 - Aplicações; 7 (a) - Créditos tributários e previdenciários; 12 - Provisões técnicas – Seguros, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa nº 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos.

e. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

(i) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

(v) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado, para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Crédito das operações com seguros e resseguros" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Redução ao valor recuperável de Empréstimos e recebíveis

A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber e operações com seguradoras, é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento. A redução a valor recuperável considera, inclusive, os riscos já decorridos e os prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

g. Custo de aquisição

Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

h. Imobilizado

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática.

i. Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais custos são contabilizados como despesas à medida que são incorridas.

j. Provisões técnicas

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) é constituída com base nos Sinistros Ocorridos e Ainda não Pagos (IBNP) subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de Sinistros já Ocorridos e Ainda não Pagos com base em triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 11 trimestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações avisadas até a data do balanço, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais, atualizados e corrigidos monetariamente.

Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

Para a data-base não foi identificado necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura.

k. Operações com o Convênio DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

l. Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 de Contratos de Seguros e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) relacionados às provisões técnicas, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL e IBNR.

O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo às apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE.

O resultado do teste de adequação de passivo não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve a necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. A sinistralidade projetada no estudo desta Companhia foi de 10,10%.

Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018. A alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em decorrência da alteração da alíquota, a Companhia constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente e o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

o. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguro e conseqüos aceites, e os respectivos custos de aquisição correspondentes, são registrados no resultado quando da emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, por meio da variação da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, no decorrer do período de vigência das apólices.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos, receitas de dividendos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que serão efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (seguros, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, foi instituída a Comissão Técnica de Premissas e Modelos, que tem como principal atribuição avaliar e antecipar possíveis impactos quando da alteração de premissas no cálculo das provisões, alteração de estratégia no lançamento de produtos e assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na Solvência ou nível de Apetite a Riscos. Existem ainda, os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.



Atlântica Companhia de Seguros

CNPJ Nº 33.151.291/0001-78

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição, no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais, quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições, cálculo de capital regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *Asset Liability Management* (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos.

O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

A Companhia opera na modalidade de seguros de garantia estendida e, apesar da emissão ser através de cosseguro aceito, o monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de garantia estendida

- Flutuações na ocasião, frequência dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Seguros de Bens – Sensibilidades em 31 de dezembro de 2018

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

	Bruto de Resseguro (R\$ mil)	Líquido de Resseguro (R\$ mil)
Garantia Estendida/Extensão de Garantia – Bens em Geral	(842)	(842)

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. A exposição da Companhia refere-se às emissões do produto Garantia Estendida aceitas em cosseguro, cujos valores de prêmios emitidos totalizam R\$ 45.644 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 91.932 em 31 de dezembro de 2017).

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Salienta-se, nesta atividade, o controle dos custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros do produto de garantia estendida, através de rede varejista, onde a administração da Companhia realiza o monitoramento do acordo contratual celebrado vis-à-vis o plano de negócios aprovado e, na ocorrência do desequilíbrio contratual previsto, realiza a contabilização da movimentação dos custos de aquisição diferidos frente aos resultados auferidos.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

	AAA	Sem rating	2018 Total
Ativos financeiros – Rating			
Valor justo por meio do resultado	312.290	219.883	532.173
Título de renda fixa privado	28.917	219.883	248.800
Título de renda fixa público	283.373	-	283.373
Disponível para a venda	531.266	-	531.266
Título de renda fixa público	531.266	-	531.266

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	17	-
Fluxo de 0 a 3 meses	554.632	30.109
Fluxo de 3 a 6 meses	12.639	8.493
Fluxo de 6 a 9 meses	12.641	2.412
Fluxo de 9 a 12 meses	-	3.944
Fluxo de 12 a 60 meses	629.171	21.760
Total	1.209.100	66.718

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações (exceto DPVAT), créditos das operações com seguros e resseguros.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas (exceto DPVAT) e os débitos das operações com seguros e resseguro. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê Executivo de Investimentos e Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

O principal risco de monitoramento é o relacionado a taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Fator de Risco	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	Cenário
Taxa Pré-fixada de 1 ano		6,56%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam os seguintes:

Exercício	Fator de Risco	
	Taxa de juros em Reais	Total com e sem correlação
Dezembro/2018	(51)	(51)
Definição	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros	

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de Capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2018	%	2017	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	532.173	50,04	812.623	84,16
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	532.173	50,04	812.623	84,16
Títulos disponíveis para venda	531.266	49,96	152.889	15,84
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	283.956	26,70	152.889	15,84
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	247.310	23,26	-	-
Total	1.063.439	100,00	965.512	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia nos respectivos fundos de investimentos.

	2018				
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor custo atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	248.800	283.373	532.173	532.172	1
Letras financeiras do tesouro	-	283.373	283.373	283.372	1
Quotas de fundos de investimentos	219.883	-	219.883	219.883	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 16a)	28.917	-	28.917	28.917	-
Títulos disponíveis para venda	-	531.266	531.266	516.210	15.056
Notas do tesouro nacional	-	283.956	283.956	274.509	9.447
Letras do tesouro nacional	-	247.310	247.310	241.701	5.609
Total em 31 de dezembro de 2018	248.800	814.639	1.063.439	1.048.382	15.057

	2017				
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor custo atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	209.288	603.335	812.623	812.747	(124)
Letras financeiras do tesouro	-	603.335	603.335	603.459	(124)
Quotas de fundos de investimentos	148.996	-	148.996	148.996	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 16a)	60.292	-	60.292	60.292	-
Títulos disponíveis para venda	-	152.889	152.889	151.916	973
Notas do tesouro nacional	-	152.889	152.889	151.916	973
Total em 31 de dezembro de 2017	209.288	756.224	965.512	964.663	849

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2018	2017
Total das provisões técnicas	362.679	400.193
(-) Carregamento de comercialização (*) - garantia estendida	54.183	138.780
(-) Direito creditório	4.890	5.262
(-) Provisão de convênio - DPVAT	219.727	148.796
Total a ser coberto (A)	83.879	107.355
Quotas de fundos de investimentos	220.669	284.589
Títulos de renda fixa – públicos	89.001	-
Total dado em cobertura (B)	309.670	284.589
Suficiência (B) - (A)	225.791	177.234

(*) Refere-se a despesas com estipulantes efetivamente liquidadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	283.373	248.800	532.173	603.335	209.288	812.623
Letras financeiras do tesouro	283.373	-	283.373	603.335	-	603.335
Quotas de fundos de investimentos	-	219.883	219.883	-	148.996	148.996
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	28.917	-	-	60.292	60.292
Disponíveis para venda	531.266	-	531.266	152.889	-	152.889
Notas do tesouro nacional	283.956	-	283.956	152.889	-	152.889
Letras do tesouro nacional	247.310	-	247.310	-	-	-
Total	814.639	248.800	1.063.439	756.224	209.288	965.512



Atlântica Companhia de Seguros

CNPJ Nº 33.151.291/0001-78

e. Movimentação das aplicações

	2018		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para Venda	
Saldo em 1º de janeiro	812.623	152.889	965.512
(+) Aplicações.....	126.843	349.918	476.761
(-) Resgates.....	(447.564)	(19.669)	(467.233)
(+) Rendimentos.....	40.271	34.045	74.316
(+/-) Ajuste a valor justo.....	-	14.083	14.083
Saldo em 31 de dezembro	532.173	531.266	1.063.439

	2017		Total
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para Venda	
Saldo em 1º de janeiro	467.506	-	467.506
(+) Aplicações.....	599.107	151.314	750.421
(-) Resgates.....	(309.512)	-	(309.512)
(+) Rendimentos.....	55.522	602	56.124
(+/-) Ajuste a valor justo.....	-	973	973
Saldo em 31 de dezembro	812.623	152.889	965.512

f. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2018, o desempenho global das aplicações, atingiu 105,67% do CDI no acumulado do período e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram 9,22% (títulos pré-fixados) e 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui posição pendente de derivativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

6 Créditos das operações com seguros e resseguros

a. Prêmios a Receber e operações com seguradoras - Garantia Estendida

	2018	2017
A vencer:		
Até 30 dias.....	2.358	-
De 31 a 60 dias.....	2.556	5.279
Total a vencer	4.914	5.279

b. Movimentação dos prêmios a receber e operações com seguradoras

	Prêmios		Seguradoras
	2018	2017	
Saldo inicial em 1º de janeiro	5.252	22.570	-
(+) Prêmios emitidos.....	47.278	94.113	-
(-) Recebimentos.....	(30.073)	(111.431)	-
(-) Transferência para Operações com Seguradoras - Cosseguro Vencido.....	(17.585)	-	17.585
Constituição de provisão para perda.....	-	-	(12.639)
Saldo em 31 de dezembro (*)	4.872	5.252	4.946

(*) Não contempla prêmios de riscos vigentes não emitidos no montante de R\$ 42 (R\$ 27 em 2017).

7 Créditos tributários e passivos fiscais – Diferidos

a. Créditos tributários e previdenciários

Ativo	2018			2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos a compensar.....	181	-	181	155	-	155
Créditos e tributários diferidos (b-i).....	-	168.441	168.441	-	168.308	168.308
Obrigações fiscais diferidas (b-ii).....	-	(7.943)	(7.943)	-	(2.136)	(2.136)
Total	181	160.498	160.679	155	166.172	166.327

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 2017	Constituição	Realização	Saldo em 2018
Provisão para contingências fiscais.....	888	35	-	923
Provisão para contingências cíveis.....	52	-	(42)	10
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	10	5.006	-	5.016
Outros (*).....	167.358	38	(4.904)	162.492
Total dos créditos tributários	168.308	5.079	(4.946)	168.441

	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Provisão para contingências fiscais.....	826	62	-	888
Provisão para contingências cíveis.....	165	-	(113)	52
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	-	19	(9)	10
Outros (*).....	40.854	126.504	-	167.358
Total dos créditos tributários	41.845	126.585	(122)	168.308

(*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários incidentes sobre a perda relativa às despesas de comercialização diferidas, referentes ao contrato junto a rede varejista na comercialização do produto garantia estendida, reconhecidas no período conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12d. A expectativa de realização dos créditos tributários está formalizada em estudo que considera os lucros tributáveis futuros da Companhia.

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2017	Constituição	Saldo em 2018
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial.....	1.747	174	1.921
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	389	5.633	6.022
Total dos créditos tributários	2.136	5.807	7.943

	Saldo em 2016	Constituição	Saldo em 2017
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial.....	1.456	291	1.747
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	-	389	389
Total dos créditos tributários	1.456	680	2.136

(iii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019.....	2.756	1.653	4.409
2020.....	2.516	1.509	4.025
2021.....	2.353	1.412	3.765
2022.....	2.333	1.400	3.733
2023 em diante.....	95.318	57.191	152.509
Total	105.276	63.165	168.441

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 150.404 (R\$ 152.439 em 31 de dezembro de 2017), referente a diferenças temporárias.

8 Depósitos judiciais e fiscais

	2018	2017
IRPJ e CSLL (*).....	11.699	11.238
Total	11.699	11.238

(*) Referem-se a depósitos judiciais, os quais dizem respeito à discussão do direito de deduzir na apuração do lucro real relativo ao exercício fiscal de 1994 (nota explicativa nº 13).

9 Obrigações a pagar

	2018	2017
Contas a pagar - Seguradora Líder.....	547	505
Partes relacionadas (nota 16).....	1.043	1.931
Provisão para publicação de balanço.....	149	196
Outras obrigações.....	433	85
Total	2.172	2.717

10 Impostos e contribuições

	2018	2017
CSLL.....	5.290	1.998
IRPJ.....	4.392	1.962
COFINS.....	604	710
PIS.....	98	115
Total	10.384	4.785

11 Outros débitos operacionais

Refere-se, substancialmente, ao pró-labore relativos às operações de cosseguros aceitos de garantia estendida, no montante de R\$ 9.790 (R\$ 1.910 em 31 de dezembro de 2017).

12 Provisões técnicas - Seguros e Custos de aquisição diferidos

a. Composição

	2018	2017
Provisão de IBNR - DPVAT.....	195.026	126.095
Provisão de Prêmios Não Ganhos - Garantia Estendida.....	127.723	235.100
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial - DPVAT.....	19.200	16.498
Provisão de IBNER - Garantia Estendida.....	6.532	7.040
Provisão de IBNR - Garantia Estendida.....	4.819	4.285
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativo - DPVAT.....	4.590	3.437
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativo - Garantia Estendida.....	3.412	4.492
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial - Garantia Estendida.....	468	480
Outras Provisões - DPVAT.....	909	2.766
Total	362.679	400.193

b. Movimentação das provisões técnicas

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	400.193	567.955
(-) Seguro DPVAT.....	(148.796)	(158.280)
Subtotal em 1º de janeiro	251.397	409.675
(+) Constituições.....	64.766	138.436
(-) Reversões.....	(152.502)	(257.087)
(-) Sinistros pagos.....	(20.758)	(39.759)
(+) Atualização monetária.....	49	132
Subtotal em 31 de dezembro	142.952	251.397
(+) Seguro DPVAT.....	219.727	148.796
Saldo em 31 de dezembro	362.679	400.193

c. Aging de sinistros judiciais a liquidar

Faixa (anos)	2018		2017	
	PSL judicial	Quantidade	PSL judicial	Quantidade
Até 1 ano.....	6.234	2.713	5.968	2.560
1 a 2 anos.....	5.085	2.276	3.919	1.667
2 a 3 anos.....	2.906	1.327	2.527	1.101
3 a 4 anos.....	2.015	926	1.606	681
4 a 5 anos.....	1.279	580	913	366
Acima de 5 anos.....	2.149	823	1.565	514
Total	19.668	8.645	16.498	6.889

d. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Custos de aquisição diferidos compreendem os custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros de cosseguro aceito do produto de garantia estendida sendo apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. Compreende também o custo de aquisição relativo ao contrato de exclusividade com a rede varejista por comercialização do seguro garantia pelo prazo inicial de 12 anos, mais a extensão de 4 anos do contrato, totalizando 16 anos. Devido ao fato da Administração efetuar regularmente a análise relativa à recuperabilidade dos custos de aquisição relacionados a esse contrato, em 2017, considerando a significativa redução das vendas no segmento varejista vis-à-vis o plano de negócio revisado até o último período de divulgação, foi efetuada a baixa da totalidade dos custos de aquisição antecipados à rede varejista de R\$ 324,3 milhões reconhecida em contrapartida a conta de resultado "Variação dos Custos de Aquisição Diferidos".

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	141.249	588.872
Constituição.....	18.898	49.156
Reversões.....	(95.989)	(496.779)
Saldo em 31 de dezembro	64.158	141.249

13 Provisões judiciais

Refere-se, substancialmente, a provisão no montante de R\$ 2.307 (R\$ 2.220 em 31 de dezembro de 2017) correspondente a parte da Companhia referente à discussão do direito de deduzir na apuração do lucro real relativo ao exercício fiscal de 1994 e seguintes, o saldo de correção monetária de balanço, mediante aplicação do IPC expurgado em janeiro de 1989 - Plano Verão, efetuados por Universal Companhia de Seguros Gerais (Incorporada na Finasa Seguradora S.A.) e pela Finasa Seguradora S.A. (antiga razão social da Atlântica Companhia de Seguros). Há depósitos judiciais de R\$ 11.699 (R\$ 11.238 em 31 de dezembro de 2017) e, em caso de perda da ação, o montante dos depósitos judiciais serão ressarcidos pelo controlador Bradesco Seguros S.A.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 2.207.711.864 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

b. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

d. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2018, a Atlântica Companhia de Seguros possui um prejuízo acumulado de (R\$ 165.120), que em conformidade com o Art.189 da Lei 6.404/76, foi parcialmente absorvido pelo lucro líquido de R\$ 33.605 do exercício, restando um acumulado de (R\$131.515).

15 Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	2018
Patrimônio líquido contábil	924.519
Ajustes Contábeis:	(82.384)
(-) Despesas antecipadas.....	(779)
(-) Créditos tributários – Diferenças temporárias que excederem 15% do CMR.....	(81.340)
(-) Ativos intangíveis.....	(265)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	15.731
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas.....	15.731
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	857.866
Capital mínimo requerido (CMR) – (Maior valor entre I e II)	38.398
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (*)	38.398
Capital adicional de risco de subscrição.....	8.784
Capital adicional de risco de crédito.....	15.375
Capital adicional de risco de mercado.....	24.788
Capital adicional de risco operacional.....	1.487
Efeito da correlação (benefício).....	(12.036)
Suficiência de capital (PLA – CMR)	819.468
Ativos líquidos	309.670
Suficiência de ativos garantidores dos Ativos Líquidos (**)	225.791
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)	38.398
Índice de liquidez em relação ao CR % (****)	588%

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes.

(**) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquidas dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(***) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).

(****) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%.

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

16 Transações e saldos com partes relacionadas

	2018	2017	2018	2017
Ativo	28.936	60.312	(15.796)	(18.948)
Disponibilidades	15	20	(15.695)	(18.862)
Banco Bradesco S.A. (controlador final).....	15	20	(15.695)	(18.862)
Aplicações	28.917	60.292	(101)	(86)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (a).....	28.917	60.292	(101)	(86)
Títulos de créditos a receber	4	-		
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (empresa ligada) (b).....	4	-		
Passivo	1.043			



Atlântica Companhia de Seguros

CNPJ Nº 33.151.291/0001-78

d. Custos de aquisição		
	2018	2017
Comissões sobre prêmios emitidos - DPVAT	(614)	(656)
Outras despesas de comercialização - garantia estendida	(18.897)	(49.156)
Varição das despesas de comercialização diferidas - garantia estendida (*)	(77.099)	(447.333)
Total	(96.610)	(497.145)

(*) Em 2017 inclui baixa no montante de R\$ 324,3 milhões (vide nota explicativa 12d).

e. Outras despesas e receitas operacionais		
	2018	2017
Recuperação do custo do bilhete - DPVAT	392	(1.150)
Despesas com cobrança - DPVAT	(6.255)	(4.670)
Outras despesas com operações de seguros	(18.165)	(3.675)
Total	(24.028)	(9.495)

f. Despesas administrativas		
	2018	2017
Despesas com serviços de terceiros	(15.109)	(20.227)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(6.389)	(3.642)
Despesas com localização e funcionamento	(141)	(219)
Despesas com publicações	(100)	(36)
Despesas com doativos e contribuições	(306)	(204)
Outras	(1.610)	(2.704)
Total	(23.655)	(27.032)

g. Despesas com tributos		
	2018	2017
Despesas com COFINS	(6.586)	(9.601)
Despesas com PIS	(1.070)	(1.560)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.883)	(1.884)
Impostos federais/estaduais/municipais	(59)	(10)
Total	(9.598)	(13.055)

h. Resultado financeiro		
	2018	2017
Receitas financeiras	80.678	57.203
Receitas com títulos de renda fixa	1.182	312
Receitas com créditos tributários	456	726
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	626	413
Outras receitas	82.942	58.654
Subtotal	82.942	58.654

	2018	2017
Despesas financeiras	(12.868)	(15.472)
Despesas de operações com seguros	(6.362)	(1.079)
Tributação sobre operações financeiras	(1.887)	(2.472)
Despesas com taxa de custódia	(101)	(86)
Outras despesas financeiras	(87)	(170)
Subtotal	(21.305)	(19.279)
Total	61.637	39.375

i. Despesas de imposto de renda e contribuição social		
	2018	2017
Impostos diferidos	(41)	126.173
Reversão no período sobre adições temporárias	(27.391)	(16.511)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(27.432)	109.662

19 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social		
	2018	2017
Resultado antes de impostos	61.037	(279.045)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 20%, respectivamente	(27.467)	125.570
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Doações, patrocínios e brindes	(71)	-
Contribuição entidades de classe	(66)	(92)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social	-	(15.803)
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	-	(84)
Outros	172	71
Imposto de renda e contribuição social	(27.432)	109.662
Alíquota efetiva	44.94%	39.30%

20 Outras informações		
a. Relatório do Comitê de Auditoria		
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 5 de fevereiro de 2019, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.		

DIRETORIA

Ney Ferraz Dias	Diretor-Geral	Saint'Clair Pereira Lima	Diretor	Saint'Clair Pereira Lima Atuário - MIBA nº 943
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Vinicius Marinho da Cruz	Diretor	Getúlio Antônio Guidini Contador CRC-RS 034447/O-7-T-RJ
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor-Gerente			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Atlântica Companhia de Seguros
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Atlântica Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântica Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Atlântica Companhia de Seguros S.A.

CNPJ: 33.151.291/0001-78

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Atlântica Companhia de Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Av Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo